



Aprovado por unanimidade na reunião da CECT de 02/07/2025, registando-se a ausência do PCP, CDS-PP e JPP

Exmo. Sr. Presidente, da

**Comissão de Economia e Coesão
Territorial**

Deputado Pedro Coimbra

Assunto: Audição do Sr. Ministro da Economia e Coesão Territorial

A execução eficaz e transparente dos instrumentos de financiamento europeu assume uma importância estratégica para o desenvolvimento económico e territorial do país. Entre os principais programas em curso, destacam-se o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o Portugal 2030 (PT2030), que, em conjunto, representam um volume de investimento público sem precedentes.

O PRR, com uma dotação global de 22,2 mil milhões de euros, encontra-se na sua fase mais crítica, com o prazo de execução a terminar em 30 de junho de 2026. Relatórios recentes, nomeadamente do Tribunal de Contas e da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, alertam para riscos elevados de incumprimento, apontando para entraves administrativos, défices de capacidade técnica e atrasos generalizados. Em particular, a Comissão Nacional de Acompanhamento identificou que um terço dos investimentos do PRR se encontram em situação preocupante ou crítica, com impacto em metade das componentes do plano, sublinhando o risco de não concretização das metas contratualizadas com a Comissão Europeia.

Por seu lado, o Portugal 2030, que operacionaliza os fundos do Quadro Financeiro Plurianual 2021–2027, está ainda numa fase inicial de execução, com várias medidas lançadas, mas com um ritmo de implementação que tem gerado preocupação entre os beneficiários e agentes económicos, podendo estar em causa o cumprimento das metas e prazos definidos.



Neste contexto, e considerando a importância de ambos os programas para o sucesso das políticas públicas nacionais em matéria de coesão territorial, transição digital e climática, e competitividade empresarial, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera essencial a audição do titular da pasta governamental responsável por estas matérias.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, requerer a audição do Senhor Ministro da Economia e da Coesão Territorial, Dr. Manuel Castro Almeida, com vista a obter esclarecimentos sobre o ponto de situação da execução do PRR e do Portugal 2030, os principais constrangimentos identificados, assim como, as medidas em curso para assegurar o cumprimento dos calendários definidos com a Comissão Europeia.

Palácio de São Bento, 30 de junho de 2025

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,